CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 07/2024

Ata da Assembleia Geral Ordinária do **Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS**, realizada no dia 18 de junho de 2024, as 9h, no auditório da Rua Dom Pedro, 25 Centro, com a presença de conselheiros, convidados e a Secretaria Executiva do conselho Sra. Adelma Santos Lima, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2024			
CONSELHEIRO	**REPRESENTATIVIDADE**		
Rayssa Ramos Barja	TITULAR	GOVERNO - SEDS	**P**
Samanta Lima Venâncio	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	**P**
Maria Anunciação de Jesus Lourenço	TITULAR	GOVERNO - SMS	**P**
Renata Rodrigues Cordella	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	***
Angélica Egler Graça Gomes	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	****
Kelly Maria Gonzaga de Queiroz Ursini	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	**P**
Caio dos Santos do Nascimento	TITULAR	GOVERNO - SEMES	**P**
Alexsander José Guedes	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	***
Leonardo Rodrigues de Moraes	TITULAR	GOVERNO - SECULT	**F**
Marcelo Lattanzi Ramires	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	**F**
Renata Fagundes	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	**P**
Jorge Manuel de Souza Ferreira	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	***
Viviane Christina da Mota Souza	TITULAR	GOVERNO - COHAB	**P**
Fernanda da Silva Muniz	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	**P**
Wendryo Salgado Machado	TITULAR	GOVERNO - SESEG	**P**
Ana Carolina da Silva Costa Emilio	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	***
Itiel Pereira de Araújo Filho	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	***
Ana Paula dos Santos	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	**P**
Maria Claudia Colombo B. M. Francisco	TITULAR	GOVERNO - SEECTUR	**P**
Kelly Elaine Fonseca Freitas	SUPLENTE	GOVERNO - SEECTUR	***
Alessandro de Brito Zuffo	TITULAR	GOVERNO - SEMAM	**F**
Deudac de Souza Pereira	SUPLENTE	GOVERNO - SEMAM	**F**
Rebeca Coffani Mahfuz	TITULAR	GOVERNO - SAES	***
Amannda Kyslla Torres de Lima	SUPLENTE	GOVERNO -SAES	**P**
PROVIVER Obras Sociais e Educacionais	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
Cruzada das Senhoras Católicas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	**P**
Pia Sociedade Missionários de São Carlos	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	**P**
Asilo de Inválidos de Santos – Casa do Sol	SUPLETE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional CAMPS	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	**P**
Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	**P**
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santos APAE	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	**F**
Núcleo de Deficiência Intelectual São Vicente de Paulo NUREX	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	**F**
Katia Ayres Dos Anjos	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	**P**

Paulo Cezar Simoni	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	**P**
Sueli da Câmara Paiva	TITULAR	SOC. CIVIL – TRABALHADOR	**P**
vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL – TRABALHADOR	***
Deyse Ferreira de Andrade	TITULAR	SOC. CIVIL – TRABALHADOR	**P**
Agatha Aparecida Oliveira Ribeiro Maia	SUPLENTE	SOC. CIVIL – TRABALHADOR	**P**
Maria da Consolação G. dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL – TRABALHADOR	***
Marcia de Barros Lima Santos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	**P**
Rogério Aparecido Pereira dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	**F**
Francisco Paulino da Silva	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	**F**
Alaíde Maria de Oliveira	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	**P**
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Jair Roberto de Oliveira Teixeira	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	**P**
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Maria Anunciada de Andrade	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
VAGO	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***

Aos **dezoito de junho de 2024** ocorreu a AGO na Rua Dom Pedro II, n. 25 no Centro. A mesa diretora foi composta por Rayssa, presidente e Kátia a vice presidente. Para auxiliar na elaboração da ata a conselheira Márcia Barros colocou-se à disposição pelo fato da ausência da secretária Fernanda nesta AGO devido consulta médica. A presidente informou que as AGO estavam sendo muito prolongadas e que deveríamos ser mais concisos nas explanações e questionamentos, permitindo a fala de todos, contudo controlando cada tempo para manifestação. A vice presidente disse que a mesa também iria ter essa conduta. A **PRIMEIRA PAUTA** disse respeito a **aprovação de atas** dos meses de abril e maio de 2024 restando a ata pendente de janeiro; que todos haviam recebido os documentos e que deveriam se manifestar acaso houvesse alguma alteração ou pendência. Não houve manifestação e as atas de abril e maio foram APROVADAS. A **SEGUNDA PAUTA** tratou da **posse de conselheiros e vagas remanescentes.** Para compor a vaga do segmento trabalhador, houve uma inscrição, da agente pública Maria Tereza (CRAS Caruara) que acabou de ingressar na carreira pública em março de 2024. Ela se apresentou e disse que possuía grande experiência no SUS, mas resolveu exonerar-se de seu último trabalho (MG) e rumar para a carreira no SUAS, em Santos. Disse acreditar no trabalho intersetorial e enalteceu o papel do controle social afirmando que: “o espaço de conselhos é a via por onde o trabalho público se completa e que pela força do coletivo e pela necessidade da democracia devemos estar nesses espaços”. Foi aclamada e tomou posse do assento. Para o segmento – usuário existiam três vagas, mas não houve manifestação. A presidente pediu divulgação nos serviços e a possibilidade de indicações para a próxima AGO. A terceira vacância dizia respeito a vaga para cargo de segundo

secretário do CMAS e que essa vaga também comporia a diretoria executiva. Não houve manifestação. Márcia Barros manifestou-se, mas ficou impossibilitada de assumir. A quarta vacância dizia respeito ao Comitê Intergestor da Primeira Infância do CMDCA e a representante do segmento trabalhador (Maria Tereza) colocou-se à disposição. A **TERCEIRA PAUTA** disse respeito aos **Informes das Comissões** e assim a representante da **Instância** falou sobre o documento de gestão sobre condicionalidades e as responsabilidades das políticas públicas envolvidas com o Cadastro Único (SUS, SEDUC, SUAS). Disse ainda que existe a preocupação sobre o preenchimento inadequado dos questionários e que isso reflete em prejuízo para usuários dos sistemas; que a busca ativa estava sendo discutida para qualificar a atenção e que as reuniões estariam sendo realizadas na Escola Pedro Crescente no Rádio Clube tendo em vista a demanda de maior expressão naquele território. A representante da **Legislação** informou sobre a regulamentação do Benefício Eventual e da necessidade de alterar a resolução CMAS vigente. Para isso a Dra. Gisele Bovolenta (UNIFESP) seria convidada para uma palestra em 26/6 para todos os conselheiros e trabalhadores que participariam dessa reunião ampliada. Disse sobre a possibilidade de visita à câmara de vereadores para tratar das dez prioridades conferenciais. Lembrou da importância de criar a cultura de monitoramento e avaliação no CMAS, sobre as propostas conferenciais. O representante da **Política** nos informou sobre as visitas realizadas na Casa do Paraplégico e no SEABRIGO. Esta ação referiu-se à necessidade de revisões de planos de ação e denúncias. Houve indeferimento no pedido de inscrição da Sociedade de Melhoramentos da Vila Pantanal por não atender o que preconiza a política de assistência social e que a secretaria executiva teria comunicado a instituição sobre o indeferimento. A representante de **Finanças** informou sobre as emendas federais e a necessidade de apresentação dos planos de aplicação por parte das OSC. Que o Lar Evangélico estava solicitando esse recurso para consumo e que o projeto Frente Fria receberia 105 mil para insumos (roupas de inverno e colchões). Além disso falou sobre os recursos para Benefício Eventual e os 18 milhões do recurso FEAS. Sobre isso disse que o CMAS iria oficiar as OSC e solicitar relatório sobre a utilização dos recursos de emendas parlamentares recebidas (fotos e relatos) para verificar o alcance das finalidades; acaso fosse necessário este CMAS estaria seguindo para visitas institucionais e estaria notificando a SEDS, com vistas ao pedido de providências (por exemplo, aditamentos). A **QUARTA PAUTA** seguinte tratou do relato sobre **TRABALHO INFANTIL** e a representante do Trabalho Infantil fez manifestação e informou sobre o 6º. Seminário ocorrido na cidade. Na oportunidade disse que o CMAS estava afastado de todo debate sobre criança e adolescente e que teria que aproveitar o

assento que dispunha no CMDCA e em grupos de trabalho; que havia a necessidade do CMAS se aproximar da temática, conhecer o panorama sobre a situação da criança e adolescente na cidade, retomar seu lugar para tratar da temática e disseminar seus conteúdos. A presidente foi favorável a proposta e iria checar sobre esse assento no CMDCA. A **QUINTA PAUTA** disse respeito a **Reunião Ampliada** que ocorreria em 26/6 as 9h e trataria da temática sobre Benefícios Eventuais. A presidente informou que essa pauta já fora tratada no CMAS em algumas oportunidades e que o esboço de nova resolução também foi objeto de análise no CMAS, quando houve ponderações. Com o texto não concluso, iriámos nos valer da orientação de Dra. Gisele Bovolenta para tratar do tema. Convidou a todos para uma discussão mais ampla e que ainda havia necessidade de discutir auxílios natalidade e auxílios funeral, além da revogação da resolução vigente. A secretária executiva informou que havia enviado para todos, os materiais alusivos ao tema (lei do SUAS, capacitação do governo do Estado e a resolução que vige); disse que o CMAS deveria estar fundamentado para deliberar com mais precisão sobre a pauta, pois eventuais influenciam na intervenção profissional. A presidente disse que seria necessário aprofundar a questão dos valores dos eventuais. Uma participante informou que seria importante o CMAS também conhecer das Orientações Técnicas do MDS sobre benefícios eventuais pois tratava-se de material necessário para se somar aos outros. A representante do Trabalho Infantil reforçou a necessária presença do CMAS nas Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil, Comissão de Ações Estratégicas do PETI e Comissão de Prevenção ao Trabalho Infantil. A presidente reforçou que existe a necessidade de rever normativas de composição do CMAS nesses espaços. A **SEXTA PAUTA** disse respeito a aprovação da **Aplicação de recursos de Emenda Federal** para o Lar Amparo a Velhice no valor de R$ 135. 791, 00 mil reais para custeio com itens de cama-mesa, limpeza, material escolar e educativo, conserto de máquina e outros. O pleno decidiu pela **APROVAÇÃO**. Aprovação de recursos estaduais para projeto Frente Fria no que a DRADS apresentou dois valores, a saber: Frente Fria e Eventuais. Esse cálculo, segundo a presidente, se deu a partir do PMAS e das demandas municipais. Assim, o projeto Frente Fria iria receber R$ 105.000,00 mil para aquisição de roupas de inverno e colchões – para acolhimentos e média complexidade (abordagem). Esse repasse foi **APROVADO** pelo pleno. Sobre Benefício Eventual a DRADS iria esperar deliberação do CMAS e com base na população cadastrada iria liberar o valor de R$ 107.830,80 mil reais para o auxílio moradia para ampliar meta para mais 18 famílias que iriam se valer do benefício por cerca de 9 meses (pelo valor de 600,00 reais por família). Esse repasse foi **APROVADO** pelo pleno contudo houve crítica. A conselheira Jô informou que esse benefício é

inadequado para a conjuntura santista, pois os alugueres são muito caros e a presidente disse que na reunião podemos discutir alterações, pois a resolução que vige, a n. 792 do CMAS deveria ser alterada. A vice-presidente manifestou-se e disse que o aumento do valor deve ser sugerido. Uma participante disse que a questão social das mulheres com filhos, tem recrudescido e as demandas têm aumentado nos serviços; que essas famílias precisam de lugares maiores para viver e que as atenções devem ser qualificadas, e assim, numa "força tarefa" deve-se discutir e deliberar a favor dessas famílias. Houve a seguir a **REVALIDAÇÃO** da inscrição da OSC Missionárias da Caridade e o relato da visita institucional realizada pela comissão. Trata-se de acolhimento para mulheres no Rádio Clube e que atualmente atendem 15 mulheres. Rayssa e Deise fizeram o relato da visita e disseram da importância de reclassificar a OSC para ILPI pois atendem a idosas, em sua maioria. O espaço era adequado, havia acessibilidade e tratava-se de uma OSC autossustentável. Existia RH adequado e voluntárias com contrato formal. Existem PCD no acolhimento, mas possuem autonomia. A limpeza estava adequada e não há fomento a influência religiosa. Não possuem máquina de lavar por motivação ideológica/método. Quando há necessidade de algum prestador de serviço, as usuárias custeiam. Estão iniciando um diálogo com a rede de serviços para dar prosseguimento aos encaminhamentos. As representantes da OSC explanaram sobre o trabalho e reiteraram a questão da dignidade humana e do bem estar das acolhidas, sem esquecer DO CARISMA (ideologia religiosa) que permite o acolhimento para qualquer mulher em necessidade social independente de sua idade e por isso a crítica da OSC em relação a reclassificação para ILPI, ou seja, "acolher quem necessita". Segundo elas o MP orientou-as no sentido de permitir a reclassificação, contudo levando em conta o "carisma". Buscam um profissional da psicologia para a equipe. Uma conselheira disse conhecer a OSC e admirar. Foram aclamadas. A seguir foi a vez da OSC Cruzada das Senhoras Católicas onde Jair, Rayssa e Selma procederam a visita institucional. Jair informou que a OSC oferta um projeto de panificação muito importante para a comunidade e também existe a creche. O empreendedorismo é um dos focos da OSC e os alunos recebem kits para participar dessa qualificação. Trata-se da Integração ao Mundo do Trabalho e atendem há 120 pessoas por ano (30 por trimestre) a partir de 16 anos de idade (até 65 anos). A OSC encaminha também para outros cursos da cidade como no SENAI/SENAC. Segundo a representante da OSC (assistente de gestão) esses alunos seguem para feiras e eventos levando seus produtos para venda. O projeto ainda conta com outras parcerias. Que o território em questão (Vila Nova) se configura como um território de exclusão onde 90% da população reside em cortiço. A iniciativa da OSC se revela importante e por isso as mães e pais da creche são abordados para

participar da panificação. A OSC é autossustentável e não cobra mensalidade de alunos. A sala de aula comporta 15 alunos por curso. A profissional de serviço social acompanha o curso e voluntários oferecem palestras sobre empreendedorismo. Existe a entrega de cestas básicas e a creche recebe convênio da SEDUC. A seguir ouvimos sobre a OSC Sociedade São Vicente de Paulo e Paulo informou sobre a capacidade da OSC em acolher 30 idosos sendo que 10 vagas eram destinadas para a SEDS. Os usuários recebem o BPC e a OSC retem o percentual devido. A infraestrutura era adequada, havia acessibilidade e faziam parte da rede de serviços. Usuários participavam do planejamento e de eventos. A documentação estava correta e o grupo sugeriu a revalidação. Uma ressalva para as duas máquinas profissionais (lavar e secar) conseguidas pela emenda e que estavam sem uso e por isso precisavam de instalação elétrica para o funcionamento. Paulo e Deise destacaram a ociosidade do espaço físico do segundo andar da OSC e que deveria ser objeto de análise e proposituras futuras. A vice-presidente alertou para o papel analítico do CMAS quanto a distribuição de recursos de emendas, devendo o colegiado levar em conta as condições da OSC para receber e usar um bem. Que o CMAS precisa evitar esse erro mesmo que a SEDS tenha aprovado o plano de ação. Assim todos devem estar aliançados para aprimorar esses repasses a bem da prestação qualificada dos serviços. As profissionais dessa OSC se manifestaram e falaram da importância da intersetorialidade e participação nas discussões da rede, falaram das atividades propostas, da participação ativa dos idosos nas assembleias, dos atendimentos realizados individualmente e em grupo e dos passeios; disseram que estão planejando oferta com artesanato e musicoterapia. A **SÉTIMA PAUTA** tratou dos **Informes do Gestor** e a presidente informou sobre o projeto Compartilhando Saberes que iria ocorrer em 28/06/24 as 9h na OAB – Santos. Trata-se da apresentação de TCC, artigos, pesquisas ocorridas no âmbito do SUAS municipal e que são apreciadas pelo público. Existe a necessidade de inscrição para participar do evento. Sobre o Orçamento Participativo, disse que a SEDS havia inscrito 3 projetos para recebimento de recursos público à saber: **guarda subsidiada**, **mobiliário para escola do SUAS** e **ampliação do centro POP.** Para isso explicou o objetivo de cada qual e pediu a votação *on line* para os projetos da SEDS. Sobre o Guarda Compartilhada, Kátia teceu a crítica em relação ao projeto, pois em muitos casos o critério "residir em Santos" prejudica famílias interessadas, pois as vezes a criança/adolescente acolhida em Santos possui um familiar interessado, mas que reside em outro município. Esse familiar tem ânimo para levar a criança ao convívio, mas o critério de elegibilidade – "residir em Santos" excluirá essa família do benefício. A presidente informou sobre a necessidade de se retomar os Encontros dos CMAS da região pois eram espaços de troca e conhecimento;

retomar também os Encontros dos CMAS com a DRADS. A vice-presidente enalteceu a importância da reativação da Câmara temática de Assistência Social no CONDESB para que as pautas do SUAS sejam discutidas e contempladas. A presidente ainda falou sobre os **chamamentos públicos** para 3 serviços, à saber: atendimento domiciliar para PCD e idoso, serviço especializado para PCD (pela ABASE) e ILPI com 30 vagas para Lar Evangélico. Que estes chamamentos foram publicados no D.O em 29/12/23 e que estão sendo analisados pela SEDS. Samanta disse sobre o CRAS Centro e mencionou que faltam motoristas na equipe; que conseguiram veículo pelo FEAS e que estão atuando há 6 meses. Dessa fala uma conselheira parabenizou a atuação desse CRAS e das parcerias que estão sendo feitas entre o CRAS e os outros setores e serviços. A presidente falou sobre o ofício que encaminhou para Finanças sobre o necessário aporte de recursos para ampliar as equipes com RH adequado, mas não recebeu a resposta até o momento e que assim, um ofício seguiria para o gabinete do prefeito para pedir esclarecimentos sobre o mesmo ponto, a questão do RH para a assistência social. Como **OITAVA PAUTA**, os **ASSUNTOS GERAIS** tiveram destaque e assim a conselheira Jô convidou a todos para Audiência Pública sob o título Prestação de Contas para o 3º setor. Que esse convite estava sendo feito pelo vereador Cacá Teixeira e que ela estava reforçando tendo em vista sua importância. O evento seria em 28/6/24 às 19 h, na Câmara dos Vereadores. Renata informou sobre a 7ª. Conferência das Cidades que aconteceria entre os dias 28 e 29/06/24 na Unifesp da Carvalho de Mendonça. Para essa conferência 5 eixos iriam ser debatidos como: Educação, Meio Ambiente, Infra Estrutura / Mobilidade Urbana, Participação Social e Urbanismo. Pediu a presença de todos. Jair lembrou do questionamento que havia feito a CODESO (em reunião anterior da AGO) e que ainda não foi resolvido. Trata-se de conhecer das propostas da CODESO (conforme mencionado pelo representante da CODESO) pois os contratos estão sendo encerrados e os usuários estavam “apavorados” com as perdas que estariam por vir. Pediu novo convite a CODESO para participar da próxima AGO. A presidente desfez a mesa, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada esta AGO. Escrevi e assino, Marcia de Barros Lima Santos.